

AVIA 3:
 U6
 21 FLS
 Aula 3 IV

COPYBEM Copiadora
 XI de Agosto
 P59 T 7 Fls. 21

TOLE-RANCIA REPRESSIVA¹

HERBERT MARCUS EXCLUSÃO SOCIAL E POLITICAS DE INCLUSÃO
 TEMA AULA 3 TEXTO 1

Neste ensaio, examina-se a idéia de tolerância na avançada sociedade industrial dos Estados Unidos. Alcança-se a conclusão de que a realização do objetivo da tolerância exige a intolerância em relação às políticas, atitudes e opiniões predominantes, e a aceitação tolerante das políticas, atitudes e opiniões reprimidas e postas fora da lei. Em outras palavras, a tolerância afigura-se ser hoje o que foi em seus origens, no início do período moderno — um objetivo partidário, práticas e idéias subversivas e libertadoras. Reciprocamente, o que se pratica e proclama hoje como tolerância serve em suas mais eficazes manifestações à causa da opressão.

O autor sabe perfeitamente que não existe hoje poder, autoridade ou Governo que traduza a tolerância libertadora na prática, mas acredita constituir tarefa e dever do intelectual recordar e preservar as possibilidades históricas — que constitui sua missão romper a solidéz da opressão a fim de abrir o espaço mental em que essa sociedade possa ser reconhecida pelo que é e pelo que faz.

¹ Este ensaio é dedicado aos meus alunos da Universidade Brandeis.

Título original:
 A Critique of Pure Tolerance

Tradução da edição publicada em 1969
 por BEACON PRESS, de Boston

© 1965, Robert Paul Wolff
 © 1965, Barrington Moore, Jr.
 © 1965, © 1969, Herbert Marcuse

TEXTO
 A
 LIDOS JA
 ERICO
 SORCEN. PARTE
 YA
 TOLERANCIA

1970

Direitos para a língua portuguesa adquiridos por
 ZAHAR EDITORES
 Rua México, 31 — Rio de Janeiro
 que se reservam a propriedade desta tradução

Impresso no Brasil

A tolerância é um fim em si mesma. A eliminação da violência e a redução da opressão, na medida necessária a fim de proteger homem e animal da crueldade e agressão são precondições da criação de uma sociedade humanitária. Tal sociedade ainda não existe. O progresso em sua direção é talvez mais do que detido pela violência e repressão em escala global. Sob a forma de medidas retaliatórias contra a guerra nuclear, de ação policial contra a subversão, de ajuda técnica na luta contra o imperialismo e o comunismo, de métodos de pacificação nos massacres neocoloniais, a violência e a repressão são promulgadas, praticadas e defendidas a um só tempo por Governos democráticos e autoritários. Os povos sujeitos a esses Governos são educados para sustentar costumes que lhes dizem ser necessários à preservação do *status quo*. Toleram-se políticas, condições e modos de conduta que não devam ser admitidos porque impedem, se é que não destroem, as oportunidades de criação de uma vida sem medo e sem miséria.

Esse tipo de tolerância fortalece a tirania da maioria, contra a qual protestam os autênticos liberais. O ponto de convergência política da tolerância mudou: enquanto seja mais ou menos silenciosa e constitucionalmente negada à oposição, é transformada em conduta compulsiva no tocante às políticas tradicionais. A tolerância é transformada do estado ativo em passivo, de prática em omissão: *laissez-faire* as autoridades constituídas. É o povo que tolera o Governo, que, por seu lado, tolera a oposição dentro do contexto determinado pelas autoridades constituídas.

A tolerância com o racalmente mau parece agora um bem porque serve à coesão do todo na estrada

da prosperidade sempre crescente. A tolerância com a imbecilização sistemática de crianças e adultos pela publicidade e propaganda, a liberação do espírito destrutivo ao volante dos automóveis, o recrutamento e treinamento de forças militares especiais, a importância e benevolente tolerância com a fraude declarada no comércio, no desperdício, na obsolescência planejada, não são distorções e aberrações, constituem a própria essência de um sistema que fomenta a tolerância como meio de perpetuar a luta pela vida e suprimir as alternativas. As autoridades em educação, moral e psicologia vociferam contra a delinquência juvenil; vociferam menos, porém, contra a orgulhosa apresentação, em palavras, atos e imagens de foguetes cada vez mais poderosos, mísseis, bombas — a delinquência adulta de toda uma civilização.

Segundo uma proposição dialética é o todo que determina a verdade — não o sentido de que o todo é anterior ou superior às partes, mas no sentido de que sua estrutura e função determinam cada condição e relação particulares. Na sociedade repressiva, destarile, até mesmo os movimentos progressistas ameaçam transformar-se em seus opostos na medida em que aceitam as regras do jogo. Ou, para citar um caso mais controverso: o exercício dos direitos políticos (tais como votar, escrever cartas aos jornais, aos senadores etc., as demonstrações de protesto como renúncia *a priori* da contraviolência) na sociedade de administração serve para fortalecê-la, pois reconhece a existência de liberdades democráticas que, na realidade, mudaram o conteúdo e perderam a eficácia. Em tais casos, a liberdade (de opinião, de assembleia, de expressão) transforma-se em instrumento de servidão absoluta. Ainda assim (e somente aqui a pro-

posição dialética demonstra a sua total intenção) a existência e prática dessas liberdades continuam a ser requisitos prévios à restauração de sua função original de oposição, contanto seja intensificado o esforço para transcender as suas próprias limitações (amplitude auto-impostas). Geralmente, a função e o valor da tolerância dependem da igualdade predominante na sociedade onde é praticada. A tolerância em si fica sujeita a critérios indisputáveis: o seu alcance e limite não podem ser definidos em termos da respectiva sociedade. Em outras palavras, a tolerância é um fim em si mesma apenas quando realmente universal, praticada tanto por governantes quanto por governados, pelos senhores e pelos condenados, pelos delegados de política e por suas vítimas. E a tolerância universal é possível apenas quando nenhum inimigo real ou suposto exige "no interesse nacional, a educação e a instrução do povo" na violência e destruição militares. Enquanto não prevalecerem essas condições, as condições de tolerância estarão "viciadas": são determinadas e definidas pela designação institucionalizada (o que é certamente compatível com a igualdade constitucional), isto é, pela estrutura de classes da sociedade. Em tal sociedade a tolerância é *de facto* limitada sobre o duplo fundamento da violência legalizada ou da supressão (forças armadas, polícia, guardas de todos os tipos) e da posição privilegiada mantida pelos interesses predominantes e suas "ligações".

Essas limitações subjacentes à tolerância são normalmente anteriores às limitações explícitas e jurídicas da forma definida pelos tribunais, costumes, Góvêrno etc. (como, por exemplo, o "claro e atual perigo", a ameaça à segurança nacional, a heresia). Dentro do contexto de tal estrutura social, pode-se segura-

mente praticar e proclamar a tolerância. É ela de dois tipos: 1) a tolerância passiva das atitudes e idéias enraizadas e tradicionais mesmo que seus efeitos nocivos sobre o homem e a natureza sejam evidentes; 2) a tolerância ativa, oficial, concedida à direita e à esquerda de emprender movimentos de agressão e de paz, ao partido do ódio assim como ao partido da humanidade. Denomino de "abstrata" ou "pura" essa tolerância não-partidária na medida em que ela se abstem de tomar partido — mas, ao fazê-lo, ela realmente defende o mecanismo de determinação já estabelecido.

A tolerância que ampliou o escopo e conteúdo da liberdade sempre foi partidária — intolerante para com os protagonistas do *status quo* repressivo. O problema cifrava-se apenas no grau e extensão da intolerância. Nas sociedades liberais firmemente estabelecidas da Inglaterra e Estados Unidos, a liberdade de expressão e reunião era concedida até mesmo a inimigos radicais da sociedade contanto que não efetuassem a transição da palavra ao ato, do discurso à ação.

Confiante nas eficazes limitações subjacentes impostas pela estrutura de classes, a sociedade parecia praticar a tolerância geral. A teoria liberalista, porém, já havia impôs uma importante condição à tolerância: seria "aplicada apenas a seres humanos de faculdades maduras". John Stuart Mill não se limita a falar de crianças e menores de idade. Vai mais além: "A liberdade, como princípio, não tem aplicação a qualquer estado de coisas anterior à época em que a humanidade se tornou capaz de melhorar pela discussão livre e igual." Antes daquela época, os homens podiam ser ainda bárbaros, o "despotismo constitui-

uma forma legítima de Governo no trato com bárbaros, contanto que a finalidade seja melhorá-los, e que justifiquem os meios à consecução real daquele fim". As palavras freqüentemente citadas de Mill encerram uma implicação menos familiar, da qual depende o seu significado: a ligação íntima entre liberdade e verdade. Há um sentido em que a verdade é o fim da liberdade, e esta deve ser definida e limitada pela primeira. Mas em que sentido pode haver liberdade no interesse da verdade? A liberdade é autodeterminação, autonomia — o que é quase uma tautologia, mas tautologia que resulta de uma série inteira de julgamentos artificiais. Estipula a capacidade de dirigir a própria vida: de ser capaz de determinar o que fazer ou não, o que tolerar ou não. O sujeito dessa autonomia, porém, jamais é o contingente, o indivíduo privado, aquele que é realmente incapaz de ser livre em conjunto com os demais. O problema de tornar possível a harmonia entre cada liberdade individual não consiste em encontrar uma acomodação entre concorrentes, ou entre liberdade e lei, entre o interesse geral e individual, entre o bem-estar comum e o privado numa sociedade *tradicional*, mas em criar *uma sociedade* em que o homem não seja mais escravizado pelas instituições que, desde o início, viam ainda criada a liberdade nem mesmo nas mais livres das sociedades existentes. E a direção em que deve ser procurada, e as mudanças institucionais e culturais que podem auxiliar a atingir a meta são, pelo menos nas civilizações desenvolvidas, *compreensíveis*, isto é, podem ser identificadas e projetadas, na base da experiência, pela razão humana.

Soluções verdadeiras e falsas tornam-se distintas no entrelaque de teoria e prática — não pela prova da necessidade, não como aspecto positivo, mas apenas na certeza da oportunidade raciocinada e razoável e com força persuasiva da negativa. Isso porque o positivo real é a sociedade do futuro e, portanto, além de definição e determinação, enquanto o positivo existente é aquilo que se deve forçosamente superar. A experiência e compreensão da sociedade existente, porém, podem muito bem habilitar-nos a identificar o que não é condutcente à sociedade livre e racional, o que impede e distorce a possibilidade de sua criação. Liberdade é libertação, um processo histórico específico na teoria e na prática e, como tal, tem o seu direito ou o seu erro, a sua verdade ou a sua falsidade. A incerteza do caso nessa distinção não cancela a objetividade histórica, e sim impõe a liberdade de pensamento e expressão como requisitos para se encontrar a liberdade — impõe a *tolerância*. A tolerância, contudo, não pode ser indiscriminada e igual com respeito ao teor da expressão, nem em palavra nem em ato. Não pode proteger falsas palavras e falsos atos que contradizem e combatem as possibilidades de libertação. Justifica-se a tolerância indiscriminada nos debates inócuos, na conversação, na discussão acadêmica; é indispensável na empresa científica, na religião privada. A sociedade, porém, não pode ser indiscriminatória nos casos em que estão em perigo a pacificação da existência, e a própria liberdade e fidelidade: nesse caso, certas coisas não podem ser ditas, certas idéias não podem ser expressadas, certas políticas não podem ser propostas, certa conduta não pode ser permitida sem transformar a tolerância num instrumento de continuação da servidão.

O perigo da "tolerância destrutiva" (Baudelaire), a "neutralidade benevolente" para com a arte, foi reconhecido: o mercado, que absorve igualmente bem (embora com flutuações bastante abruptas) a arte, a antiarte, e a não-arte, todos os possíveis estilos, escolas e formas conflitantes, proporciona um "complacente recepáculo, um abismo cordial" (Edgard Wind, *Art and Anarchy* (Nova York: Knopf, 1964), pág. 101) no qual é engolido o impacto radical da arte, o protesto da arte contra a realidade tradicional. Não obstante, a censura da arte e da literatura é regressiva em todas as circunstâncias. A *oeuvre* autêntica não apóia nem pode apoiar a opressão, e a pseudo-arte (que pode) não é arte. A arte enfrenta a história, opõe-se à história, que é a crônica da opressão, pois submete a realidade e outras leis que não as tradicionais: as leis da forma, que criam uma realidade diferente — a negação da forma tradicional mesmo quando descreve a realidade tradicional. Na luta contra a história, porém, a arte a ela se submete: a história fornece a definição da arte e entra na distinção entre arte e pseudo-arte. Ocorre, então, que o que fora antes arte transforma-se em pseudo-arte. Formas, estilos e qualidades prévias, modos de protesto e recusa anteriores não mais podem ser reapropriados na ou contra uma diferente sociedade. Há casos em que uma *oeuvre* autêntica inclui uma imagem política regressiva — e aqui Dostoiévski serve de exemplo. Mas, nesse caso, a mensagem é cancelada pela própria *oeuvre*: o conteúdo político regressivo é absorvido, *aufgehoben* em forma artística na obra como literatura.

A tolerância com a liberdade de expressão é o caminho do melhoramento, o progresso na estrada da libertação, não porque não haja verdade objetiva, e o

melhoramento forçosamente será uma acomodação entre grande variedade de opiniões, mas porque há uma verdade objetiva que pode ser descoberta, verificada, aprendida ao se conhecer e compreender aquilo que é e aquilo que pode ser feito para melhorar o destino da humanidade. Esse "dever" histórico e comum não é imediatamente evidente à primeira vista: deve ser revelado pelo "corte", pela "separação", pela "cisão" (*dis-cutio*) de um dado material — separar o certo do errado, o bom do mau, o correto do incorreto. O sujeito cujo "melhoramento" depende de uma prática histórica progressiva é o homem, como homem, que reflete essa universalidade na discussão que *a priori* não exclui qualquer grupo ou indivíduo. Mas até mesmo o caráter totalmente inclusivo da tolerância liberalista baseava-se, pelo menos em teoria, na proposição de que os homens eram (potencialmente) indivíduos que podiam aprender a ouvir, ver e pensar por si mesmos, desenvolver por igual seus próprios pensamentos e capacidades contra a autoridade e opiniões estabelecidas. Esses eram os fundamentos lógicos da liberdade de discurso e reunião. A tolerância universal torna-se duvidosa apenas quando não mais prevalece seu fundamento lógico, quando a tolerância é administrada a indivíduos manipulados e doutrinados que repetem, como suas, as opiniões dos senhores para os quais a heteronomia se transformou em autonomia.

O *fiat* da tolerância é a verdade! Mostra claramente a crônica histórica que os autênticos portavozes da tolerância tinham mais verdades na mente do que simplesmente a lógica proposicional e a teoria acadêmica. John Stuart Mill fala da verdade perseguida na história e que não triunfa sobre a perse-

guição em virtude de "poder inerente" e que, na verdade, não possui poder inerente "contra o cárcere ou o poste de suplícios". E enumera as "verdades" que foram cruéis e eficazmente liquidadas nos cárceres e nos postes: as verdades de Arnaldo de Brescia, de Fra Dolcino, de Savonarola, dos abjigenses, dos valdenses, dos lolardos, dos hussitas. A tolerância é praticada antes e acima em benefício dos hereges — a estrada histórica para a *humanitas* parece uma heresia: o alvo das perseguições do poder constituído. A heresia em si mesma, contudo, não constitui sinal de verdade.

O critério do progresso em liberdade, do modo como Mill julga esses movimentos, é a Reforma. A avaliação é *ex post* e a sua lista inclui opositos (Savonarola, igualmente, teria mandado queimar Fra Dolcino). Mas até mesmo a avaliação *ex post* é contestável quanto à verdade que contém: a história corrigida não ajuda as vítimas nem absolve os executores. A lição, porém, é clara: a intolerância retardou o progresso e prolongou o massacre e a tortura de inocentes durante centenas de anos. Liquidará isso de uma vez por todas a justificação da tolerância "pura"? Há condições históricas em que tal tolerância impeça a libertação e multiplique as vítimas sacrificadas? *Itatus quo?* Poderá ser repressiva a garantia indiscriminada de direitos e liberdades políticas? Poderá tal tolerância servir para deter a mudança social qualitativa?

Discutirei a questão apenas no tocante a movimentos, atitudes e escolas de pensamento "políticas" no sentido mais amplo possível — que afetam toda a sociedade, demonstravelmente transcendendo a esfera

da vida privada. Além disso, proponho mudar o centro da discussão: dirá ela respeito não apenas, e não principalmente, à tolerância com extremos, minorias e subversivos radicais etc., mas à tolerância com as maiorias, com a opinião pública e oficial, com os protutores tradicionais da liberdade. Nesse caso, a discussão pode ter como ponto de referência apenas a sociedade democrática na qual as pessoas, como indivíduos e membros de organizações políticas ou não, participam da formulação, manutenção e modificação de políticas. No sistema autoritário o povo não tolera — é obrigado a tolerar as políticas estabelecidas.

Sob o sistema de direitos civis e liberdades constitucionalmente garantidos e praticados (habitualmente sem um número excessivo, ou excessivamente visível de exceções), a oposição e os dissidentes são tolerados a menos que culminem em violência e/ou exortação ou organização da subversão violenta. A suposição básica é que a sociedade estabelecida é livre e que qualquer melhoramento, até mesmo a mudança da estrutura e dos valores sociais, será realizada no curso normal dos fatos, preparada, definida e comprovada em discussão livre e igual na praça do mercado de idéias e bens.³ Agora, recordando o trecho citado de John Stuart Mill, chamo a atenção para a premissa oculta na suposição: a discussão livre e igual poderá desempenhar a função que lhe é atribuída apenas se

³ Deajo reiterar no interlar da discussão que se segue que, de fato, a tolerância não é indiscriminada e "pura" mesmo nas sociedades mais democráticas. As "limitações subjacentes" mencionadas na pp. 90 referem-se à tolerância antes que ela comence a ser empurrada. A estrutura antagônica da sociedade manipula as regras do jogo. Os "limites" mencionados contra o sistema vigente estão, a priori, em posição de vantagem, que não é mantida para tolerância com suas idéias, discursos e jornais.

for *racional* — a expressão e o desenvolvimento do raciocínio independente, livre de doutrinação, de manipulação e de autoridade estranha. A ideia do pluralismo e de poderes compensatórios não constitui substituto desse requisito. Poder-se-ia, em teoria, construir um Estado em que uma inulção de pressões, interesses e autoridades diferentes se equilibrassem entre si, e o resultado fosse o interesse realmente geral e racional. Não obstante, tal construção dificilmente se ajustaria a uma sociedade em que os poderes são e permanecem desiguais e mesmo aumentam em péso desigual quando percorrem o próprio curso. E se ajusta ainda menos quando a variedade de pressões unifica-se e se coagula em um todo esmagador, integrando todos os poderes compensatórios em virtude da elevação do padrão de vida e da concentração do poder. Nesse caso, o trabalho, cujo real interesse colide com o da administração, o consumidor comum, cujo interesse real se choca com o do produtor, o intelectual, cuja vocação antepõe-se ao seu empregador, descobrem que se estão submetendo a um sistema contra o qual são impotentes, não obstante lhes parecer irracional. As ideias sobre alternativas disponíveis evaporam-se numa dimensão totalmente utópica na qual se sentem à vontade, pois a sociedade livre é realmente irrealística e indefinivelmente diferente das existentes. Nessas circunstâncias, quaisquer melhoramentos que possam ocorrer "no curso normal dos fatos", sem subversão, serão provavelmente melhoramentos na direção determinada pelos interesses sociais que controlam o todo.

Pelos mesmos motivos, as minorias que lutam para mudar o próprio todo serão deixadas nas condições ideais que, raramente prevalecem, em liberdade para

deliberar e discutir, falar e reunir-se — embora inócuas e impotentes em face da maioria esmagadora, que combate a mudança social qualitativa. Essa maioria enraza-se firmemente na crescente satisfação de necessidades e na coordenação mental e tecnológica, que atestam a desesperança dos grupos radicais nos sistemas sociais eficientes.

Na democracia próspera, prevalece a discussão próspera e, dentro da estrutura tradicional, é em grande parte tolerante. Podem ser ouvidos todos os pontos de vista: o comunista, o fascista, a esquerda e a direita, o negro e o branco, os paladinos do desarmamento e os defensores da preparação militar. Além disso, nos debates que se arrastam nos meios de comunicação, a opinião estúpida é tratada com o mesmo respeito que a inteligente, o mal informado pode falar tanto quanto o bem informado, e a propaganda anda no mesmo barco com a educação, e a verdade com a falsidade. Justifica essa pura tolerância do sensato e do insensato o argumento democrático de que ninguém, nem grupo nem indivíduo, tem o privilégio da verdade e é capaz de definir o que é certo ou errado, o bom ou o mau. Todas as opiniões conflitantes, por conseguinte, devem ser submetidas ao "povo" para deliberação e escolha. Já sugerimos, porém, que o argumento democrático implica uma condição necessária, isto é, que o povo seja capaz de deliberar e escolher na base do conhecimento, que deve ter acesso às informações autênticas e que, nessa base, a avaliação deve resultar de um pensamento autônomo.

No período contemporâneo, o argumento democrático de defesa da tolerância abstrata tende a ser invalidado pela refutação do próprio processo democrá-

tico. A força libertadora da democracia era a oportunidade que dava à dissensão eficaz tanto na escala individual quanto social, à acessibilidade a outras formas de Governo, de cultura, educação e trabalho qualitativamente diferentes — à existência humana em geral. A tolerância da discussão livre e o igual direito de adversários devia definir e esclarecer diferentes formas de divergência: sua direção, conteúdo e perspectivas. Com a concentração do poder econômico e político e a integração de opostos em uma sociedade que utiliza a tecnologia como instrumento de dominação, porém, a dissensão eficaz é bloqueada em todos os casos em que poderia emergir livremente: na formação da opinião, nas informações e comunicações, no discurso e na assembleia. Sob o domínio de meios de comunicação monopolistas — em si mesmos meros instrumentos do poder econômico e político — cria-se uma mentalidade para a qual são predeterminados o certo e o errado, o verdadeiro e o falso, em todos os casos em que afetem os interesses vitais da sociedade. Isto é, antes de toda a expressão e comunicação. Isto é, antes de semântica: o bloqueio da dissensão eficaz, do reconhecimento daquilo que não é a ordem instituída, que começa na linguagem de tudo o que é publicado e distribuído. O significado das palavras é rigidamente estabelecido. A persuasão racional e o convencimento do valor dos opostos são praticamente impedidos. Fecharam-se as avenidas de acesso ao significado das palavras e idéias que não as tradicionais — estabelecidas pela publicidade das autoridades constituídas e confirmadas pelos seus atos. Outras palavras podem ser pronunciadas e ouvidas, outras idéias podem ser expressadas, mas, na escala flácida da maioria conservadora (excluídos certos conchavos, como a

intelligentia), elas são imediatamente "avaliadas" (isto é, automaticamente compreendidas) em termos de linguagem pública — uma linguagem *a priori* determinada a direção em que se orientará o processo mental. O processo de reflexão, por conseguinte, termina onde começa: nas supostas condições e relações. Autoconfirmador, o argumento da discussão repele a contração porquanto a antítese é redefinida nos termos da síntese. Por exemplo, tese: trabalhamos pela paz; antítese: preparamos para a guerra (ou mesmo, fazemos a guerra); unificação de opostos: preparar para a guerra é preparar para a paz. A paz é redefinida como incluindo necessariamente, na situação predominante, a preparação para a guerra (ou mesmo a guerra) e, dessa forma orwelliana, estabiliza-se o significado da palavra "paz". O vocabulário básico da linguagem orwelliana, por conseguinte, funciona como categoria apriorística da compreensão: preformando todo o conteúdo. Essas condições invalidam a lógica da tolerância que envolve o desenvolvimento racional do significado e impede a sua conclusão. Consequentemente, a igual apresentação dos opostos (mesmo quando realmente igual) perde facilmente a sua força libertadora como fator da compreensão e construção: com maior probabilidade fortalecerá a tese tradicional e repelirá as alternativas.

A máxima imparcialidade e o igual tratamento de problemas concorrentes e conflitantes constituem realmente requisitos básicos da tomada de decisões no processo democrático — e são requisitos igualmente básicos para definir os limites da tolerância. Nas democracias de organização totalitária, porém, a objetividade pode desempenhar uma função inteiramente diferente, isto é, nutrir uma atitude mental que tende

a obliterar a diferença entre o verdadeiro e o falso, a informação e a doutrinação, o certo e o errado. De fato, a decisão entre opiniões opostas é tomada antes de sequer começar a apresentação e a discussão — tomada não por conspirata, por patrocinador ou dono de jornal, ou pela ditadura, mas pelo "curso normal dos fatos", isto é, o curso dos fatos administrados e pela mentalidade modelada pelo próprio curso. Aqui, igualmente, é o todo que determina a verdade. Em seguida, a decisão toma-se por si mesma, sem qualquer violação flagrante da objetividade, em coisas tais como a disposição da matéria nas páginas do jornal (com o fracionamento de informações vitais em trechos entremeados em matéria estranha e itens irrelevantes, relegando-se as notícias radicalmente negativas a algum canto obscuro), na juxtaposição de magníficos anúncios com horrores nus e crus, na interrupção das irradiações de fatos pela introdução da massa dos comerciais. O resultado é a *neutralização* dos opostos, uma neutralização, contudo, que ocorre sobre o firme terreno da limitação estrutural da tolerância e dentro de uma mentalidade preformada. Quando a revista pública, lado a lado, um relatório positivo e outro negativo sobre o FBI, cumpre honestamente os requisitos da objetividade: não obstante, a possibilidade é de que vença o lado positivo porquanto a imagem da instituição, está profundamente gravada na mente do povo. Ou, se um locutor de rádio descreve a tortura e assassinato de propagandistas de direitos civis no mesmo tom sem emoção que usa para descrever as flutuações do mercado ou as condições do tempo, ou com a mesma grande emoção com que lê os comerciais, então tal objetividade é espúria — mais ainda, ofende à humanidade e à ver-

dade porque se mostra calmo onde deveria ter-se enfurecido, e porque se abstém de acusar quando a acusação resalta dos próprios fatos. A tolerância expressada em tal imparcialidade ajuda a minimizar o mesmo a absolver a intolerância e a repressão predominante. Se a objetividade tem algo a ver com a verdade, e se a verdade é algo mais do que uma questão de lógica ou ciência, então esse tipo de objetividade é falso, e essa espécie de tolerância é desumana. É se for necessário romper o universo tradicional do significado (e os costumes incluídos nesse universo) a fim de permitir ao homem descobrir o que é verdadeiro e falso, essa enganosa imparcialidade terá de ser abandonada. Os indivíduos expostos a tal imparcialidade não são *tabulae rasae*, são doutrinados pelas condições em que vivem e pensam, e que não transcendem. A fim de permitir-lhes tornar-se autônomos, descobrir por si mesmos o que é verdadeiro e falso para o homem em sociedade, eles teriam de ser libertados da doutrinação predominante (embora já não reconhecida como doutrinação). Isso, porém, implica dizer que a tendência teria de ser invertida: teriam de obter informações deformadas na direção oposta. Isso porque os fatos jamais são fornecidos imediatamente e jamais se tornam logo acessíveis. São estabelecidos, "mendiados" pelos que os geraram; verdade, "toda a verdade" ultrapassa os fatos e exige a ruptura de suas aparências. Essa ruptura — pré-requisito e símbolo de toda a liberdade de pensamento e expressão — não pode ser realizada dentro da estrutura tradicional da tolerância abstrata e objetividade espúria, porquanto são exatamente os fatores que precondicionam a mente *contra* a ruptura.

As barreiras concretas que a democracia localitária erige contra a eficácia da dissensão qualitativa são bastante fracas e simples em comparação com os costumes das ditaduras que alegam educar o povo na verdade. A despeito de todas suas limitações e distorções, a tolerância democrática é, em todas as circunstâncias, mais humana do que a intolerância institucionalizada que sacrifica direitos e liberdades das gerações vivas em benefício das gerações futuras. A questão a apurar é se essa constitui a única alternativa. Logo em seguida, tentarei sugerir a direção em que se poderá procurar a resposta. De qualquer modo, o contraste não é entre democracia e ditadura no abstrato.

A democracia é uma forma de Governo que se ajusta a tipos muito diferentes de sociedade (isso é exato mesmo no caso de democracia em que há sufrágio universal e igualdade perante a lei). Os custos humanos da democracia são sempre em toda parte aqueles extraiados pela sociedade em que constitui a forma de Governo. A faixa estende-se de cima a baixo, da exploração, pobreza e insegurança normais às vítimas das guerras, ações policiais, ajuda militar etc., em que se empenha a sociedade — e não apenas às vítimas situadas dentro de suas próprias fronteiras! Essas considerações jamais poderão justificar a exigência de diferentes sacrifícios e diferentes vítimas, em nome de uma sociedade futura melhor, mas permitem que se pesem os custos envolvidos na perpetuação da sociedade existente contra o risco de promover alternativas que ofereçam uma razoável oportunidade de pacificação e liberação. Por certo, ninguém pode esperar que o Governo fomente a subversão contra si mesmo, mas, nas democracias, esse direito está

investido no povo (isto é, na maioria do povo). Significa isso que não devem ser bloqueados os meios que uma maioria subversiva poderia criar, e, que se forem bloqueados pela repressão e doutrina organizadas, a sua reabertura talvez exija meios aparentemente antidemocráticos. Eles incluíam a suspensão da tolerância com a expressão e assembléia no caso de grupos e movimentos que promovessam políticas agressivas, a preparação para a guerra, o chauvinismo, a discriminação sobre fundamentos de raça e religião, ou criminalização sobre fundamentos dos serviços públicos, que se opusessem à ampliação dos serviços públicos, da segurança social, dos serviços médicos, e assim por diante. Além disso, o restabelecimento da liberdade de pensamento talvez precisasse de novas e rígidas restrições no ensino e prática nas instituições educacionais que, em virtude de seus próprios métodos e conceitos, servem para aprisionar a mente no universo tradicional do discurso e da conduta — destarte impedindo, *a priori*, a avaliação racional das alternativas. E no grau em que o restabelecimento da liberdade de pensar envolverá uma luta contra a desumanidade, a sua restauração implicará também intolerância com a pesquisa científica no interesse dos leais "meios de reabilitação", da paciência humana anormal em condições desumanas etc. Discutirei adiante a questão de quem deve estabelecer a distinção entre ensinos e práticas libertadoras e repressivas humanas e desumanas. Conforme lembrem os leitores, sugeri acima que essa distinção não é matéria de preferência por valores, mas de critérios racionais.

Conquanto a inversão da tendência, no campo educacional, pudesse ser pelo menos concebivelmente executada pelos próprios alunos e mestres e ser, por

tra os que têm servido à causa da violência real debilitando o protesto contra ela.

Comprenez enfin ceci: si la violence a commencé ce sont si l'exploitation ni l'oppression n'ont jamais existé sur la terre, peut-être la non-violence diffinable peut apaiser la querelle. Mais se le régime tout entier et jusqu'à vos non-violentes penées sont conditionnés par une oppression millénaire, votre passivité ne sert qu'à vous ranger du côté des oppresseurs. (Sartre, Prefácio ao livro de Franz Fanon, *Les Damnés de la Terre*, Paris: Maspéro, 1961, págs. 22.)

A própria idéia de tolerância falsa, e a distinção entre limitações certas e erradas à tolerância, entre doutrina progressista e regressiva, violência revolucionária e reacionária, exigem a enunciação de critérios que lhe confiram validade. Esses padrões devem ser forçosamente anteriores a tudo aquilo que, sob a forma de critérios constitucionais, é estabelecido e aplicado na sociedade existente (tal como "o claro e amaldiçoado" e outras definições tradicionais dos direitos e liberdades civis), porquanto tais definições pressupõem em si padrões de liberdade e repressão que seriam aplicáveis ou não às respectivas sociedades: são especificações de conceitos mais gerais. Por que, e de acordo com que padrões, pode ser estabelecida e justificada a validade da distinção política entre o verdadeiro e o falso, o progressista e o retrógrado (uma vez que, nessa esfera, essas partes são equivalentes)? De início, afirmo que a questão não pode ser respondida em termos de alternativas entre democracia e ditadura, segundo a qual a última, um indivíduo ou um grupo, sem qualquer controle efetivo de baixo, arrogasse o direito de decidir. Historicamente, e até mesmo na maioria das democracias mais democráticas, as deci-

sões vitais e finais que afetam toda a sociedade foram tomadas, constitucionalmente, ou de fato, por um ou diversos grupos sem efetivo controle do próprio povo. A trágica pergunta: quem educa os educadores? (isto é, os líderes políticos) aplica-se também à democracia. A única alternativa autêntica e refutação da ditadura (no tocante a essa questão) seria a sociedade em que "o povo" se constituísse em indivíduos autônomos, libertados das necessidades repressivas da luta pela vida no interesse da dominação, e que, como seres humanos, escolhesse o Governo e determinasse a sua própria vida. Essa sociedade não existe ainda em parte alguma. Entretanto, a questão deve ser tratada *in abstracto* — abstração não das possibilidades históricas, mas das realidades das sociedades predominantes.

Sugeri acima que se pode estabelecer racionalmente a distinção entre a tolerância falsa e a verdadeira, entre o progresso e a repressão sobre fundamentos racionais. As possibilidades reais de liberdade humana são relativas à fase de civilização alcançada. Dependem dos recursos materiais e intelectuais disponíveis. E o são também, na fase da sociedade industrial avançada, os meios mais racionais para utilizar esses recursos e distribuir a produção social com prioridade à satisfação de necessidades vitais e com um mínimo de esforço e injustiça. Em outras palavras, é possível definir a direção em que as instituições políticas e opiniões predominantes teriam de ser mudadas a fim de aumentar a possibilidade de paz, que não é idêntica à guerra fria ou às pequenas guerras quentes, e propiciar a satisfação de necessidades que não se alimentem de pobreza, opressão e exploração. Consequentemente, é também possível identificar políticas,

opiniões e movimentos que promoviam tal oportunidade e aquelas que a combatiam. A supressão das retrogradas constituiu requisito prévio ao fortalecimento das progressistas.

A questão de saber quem está habituado a estabelecer todas as distinções, definições e identificações para a sociedade possui agora uma resposta lógica, isto é, todos aqueles "na maturidade de suas faculdades" como seres humanos, todos os que aprenderam a pensar racional e autonomamente. A resposta à ditadura educacional de Platão é a ditadura educacional de homens livres. A concepção que John Stuart Mill tinha da *res publica* não se opõe à de Platão: o liberal igualmente exige a autoridade da razão não apenas como poder intelectual, mas também como poder político.—Em Platão, a racionalidade limita-se ao pequeno número de reis-filósofos; em Mill, todos os seres humanos racionais participam da discussão e da decisão — mas apenas como seres racionais. Nos casos em que a sociedade já entrou na fase de administração e doutrinação totais, o número seria realmente pequeno e não incluiria necessariamente os representantes eleitos pelo povo. O problema não é o da ditadura educacional, mas o de romper a tirania da opinião pública e de seus manipuladores na sociedade fechada.

Não obstante, concedida a racionalidade empírica da distinção entre progresso e retroação, e admitido que ela possa ser aplicável à tolerância e justiça, cada quando fortemente discriminatória por motivos políticos (o cancelamento do credo liberal de discussão livre e igual), seguir-se-ia outra consequência impossível. Afirmo que, em virtude de sua lógica interior, a suspensão da tolerância para com os movimen-

tos repressivos e a sua manutenção discriminatória em favor das tendências progressistas equivaleriam à promoção "oficial" da subversão. O cálculo histórico do progresso (que é, na realidade, o cálculo da redução possível da crueldade, miséria e repressão) aparentemente envolve a escolha calculada entre duas formas de violência política: aquela de parte dos poderes legalmente constituídos (pela ação legítima, consentimento tácito ou incapacidade de impedir a violência) e de parte dos movimentos potencialmente subversivos. Além disso, no tocante aos últimos, a política de tratamento igual protegeria o radicalismo da esquerda contra o da direita. Poderá ser o cálculo histórico justificadamente ampliado de modo a justificar uma forma de violência contra a outra? Ou ainda melhor (uma vez que a palavra "justificação" encerra uma conotação moral), há evidência histórica de que a origem social e o impeto da violência (originada entre os governados ou governantes, os que têm e os que não têm, a esquerda ou a direita) guardam uma relação demonstrável com o progresso (da forma definida acima)?

Com todas as ressalvas de uma hipótese baseada numa crônica histórica "aberta", parece que a violência que emana da rebelião das classes oprimidas rompe o contínuo histórico de injustiça, crueldade e silêncio durante um breve momento, breve, mas suficientemente explosivo para promover o aumento do escopo de liberdade e justiça, e uma melhor e mais equitativa distribuição da miséria e da opressão no novo sistema social — em suma: progresso na civilização. As guerras civis inglesas, a Revolução Francesa, as revoluções chinesa e cubana ilustrarão a hipótese. Em contraste, a única mudança histórica de um sistema social para

outro, assinalando o início de um novo período na civilização, e que não foi deflagrada e impulsionada por um eficaz movimento "de baixo", isto é, o colapso do Império Romano do Ocidente, abriu caminho para um longo período de retroação que durou longos séculos, até renascer, no clima das revoltas heréticas do século XII e nas rebeliões camponesas do século XIV, um novo e mais alto período de civilização.³

No tocante à violência histórica nascida entre as classes dominantes, não parece haver igual relação com o progresso. A longa série de guerras dinásticas e imperialistas, a liquidação do movimento Spartacus na Alemanha em 1919, o fascismo e o nazismo não romperam, e sim fortaleceram e aperfeiçoaram, o caráter da repressão. Eu disse acima "nascida entre as classes dominantes": para sermos exatos, dificilmente se encontrará notícia de violência organizada de cima que não mobilize e ative massas de apoio em baixo; a questão decisiva é a seguinte: em nome e em interesse de que grupos e instituições é deflagrada a violência? E a resposta não é necessariamente *ex post*: nos exemplos históricos mencionados acima, podia ser e foi previsto se o movimento serviria à reformulação da velha ordem ou ao surgimento de uma nova.

A violência libertadora, por conseguinte, significaria intolerância contra os movimentos de direita e tolerância com os movimentos de esquerda. Quanto ao campo de aplicação da tolerância e intolerância... da se estenderia às fases da ação e da discussão

³ Nos tempos modernos, o fascismo foi consequência da transição para a sociedade industrial *sem* uma revolução. Ver *Social Origins of Dictatorship and Democracy*, de Barrington Moore (Boston: Beacon Press, 1969).

e propaganda, ao ato e às palavras. O critério tradicional de perigo claro e presente não se afigura mais adequado a uma fase em que toda a sociedade está na situação de platéia de teatro no momento em que alguém grita: "Fogo". Trata-se de uma situação em que a catástrofe total poderia ocorrer a qualquer movimento, não apenas em virtude de êrro técnico, mas também por êrro intencional no cálculo dos riscos, ou por impensado e violento discurso de um dos líderes. No passado e em diferentes circunstâncias, os discursos dos líderes fascistas e nazistas constituíram um prólogo imediato de massacres. A distância entre a propaganda e a ação, entre a organização e sua vazão sobre o povo tornou-se curta demais. Mas a propagação das idéias podia ter sido detida antes de ser demasiado tarde: se a tolerância democrática tivesse sido suspensa quando os futuros líderes se lançaram em campo, a humanidade teria evitado Auschwitz e uma Guerra Mundial.

Todo esse período pós-fascista é de perigo atual e evidente. Por isso mesmo, a verdadeira pacificação exige a suspensão da tolerância antes do ato, na fase da comunicação da palavra falada, impressa e transmitida. A suspensão extrema do direito da livre expressão e reunião justificar-se-á na verdade apenas se toda a sociedade estiver em perigo extremo. Sustento que nossa sociedade atravessa uma dessas situações de emergência, e que a emergência se tornou o estado normal da vida. Opiniões e "filosofias" diferentes não podem mais concorrer pacificamente pela adesão e persuasão utilizando fundamentos racionais: o "mercado de idéias" foi organizado e delimitado por aqueles que determinam em que consiste o interesse nacional e individual. Nessa sociedade, na qual os ideó-

logos proclamaram o "fim das ideologias", a falsa consciência transformou-se na consciência geral — do Governo até o seu último súdito. É preciso auxiliar as pequenas e impotentes minorias que lutam contra a falsa consciência e os seus beneficiários: que continuem a existir é mais importante do que a preservação de direitos e liberdades violadas que concedem poderes constitucionais aos opressores das minorias. Deve ser evidente a essa altura que o exercício dos direitos civis por quem não os possui presuppõe a suspensão dos direitos civis dos que lhe impedem o exercício, e que a libertação dos Condenados da Terra implica a repressão não apenas de velhos, mas também de novos senhores.

A suspensão da tolerância para com os movimentos regressivos antes que eles possam tornar-se ativos, a intolerância até mesmo para com o pensamento, a opinião, a palavra, e, finalmente, a intolerância na direção oposta, isto é, com os conservadores, autoproclamados, a direita política — tôdas essas idéias antide-mocráticas constituem reações ao desenvolvimento inegável de uma sociedade que destruiu as bases da tolerância universal. Precisam ser criadas ainda as condições em que a tolerância possa tornar-se novamente uma força libertadora e humanizadora. Nos casos em que a tolerância serve principalmente para proteger e preservar a sociedade repressiva, quando contribui para neutralizar a oposição e imunizar os homens contra outras e melhores formas de vida, ela está corrompida. E quando a corrupção começa na mente, na consciência, nas necessidades do indivíduo, quando interesses heterônomos o absorvem antes ainda de o submeter à servidão, então o combate à sua desumanização deve forçosamente iniciar-se onde co-

meça, lá onde a falsa consciência toma forma (ou melhor: é sistematicamente formada). Isto é, interrompendo-se a torrente de palavras e imagens que lhe alimentam a consciência. Para sermos exatos, isso é censura, ou mesmo pré-censura, mas abertamente dirigida contra a censura mais ou menos oculta que satura todos os meios livres de comunicação de massa. Nos casos em que a falsa consciência prevalece na conduta nacional e popular, ela se traduz quase imediatamente na prática: a distância segura entre ideologia e realidade, entre pensamento e ação repressiva, entre a palavra e o ato de destruição é perigosamente encurtada. O rompimento da falsa consciência, por conseguinte, pode proporcionar o futuro de uma emancipação mais ampla — num lugar infinitamente pequeno, para sermos exatos, mas de cuja ampliação depende a possibilidade da mudança.

As forças de emancipação não podem ser identificadas com a classe social que, em virtude de suas condições materiais, está a salvo da falsa consciência. Atualmente, elas estão irremediavelmente disseminadas por toda a sociedade, e minorias combativas e grupos isolados amide se chocam com suas próprias idéias. Na sociedade em geral, deve ser recriado o espaço mental necessário à refutação e à reflexão. Repleto pela solidez da sociedade administrada, o trabalho de emancipar adquire caráter "abstrato". Reduz-se a facilitar o reconhecimento do que ocorre, de libertar a linguagem da tirania da sintaxe e lógica orwelliana, de formular conceitos que compreendam a realidade. Mais do que nunca, sustento a proposição de que o progresso em liberdade exige progresso na consciência da liberdade. Nos casos em que a mente é transformada em matéria-prima de políticos e de

políticas, a autonomia intelectual, a esfera do pensamento "puro" torna-se uma questão de *educação política* (ou melhor: de contra-revolução).

Significa isso que os aspectos anteriormente neutros, isentos de valores e formas da aprendizagem e do ensino se tornaram agora, por seus próprios fundamentos e por direito próprio, políticos: aprender a conhecer os fatos, téda a verdade, e compreendê-la é hoje a crítica radical total, subversão intelectual. Num mundo em que as facilidades e necessidades humanas são controladas ou corrompidas, o pensamento autônomo conduz a um "mundo invertido": contradição e imagem opostas do mundo tradicional da repressão. E essa contradição não é simplesmente estipulada, nem meramente o produto do pensamento confuso ou da fantasia, mas desenvolvimento lógico do mundo existente. Na medida em que esse desenvolvimento for realmente contrariado pelo puro peso da sociedade repressiva e pela necessidade de nela viver, a repressão invade a própria vida acadêmica até mesmo antes de serem impostas restrições à liberdade de cátedra. A ocupação antecipada da mente vicia a imparcialidade e a objetividade: a menos que o estudante aprenda a pensar em termos opostos, êle se sentirá inclinado a colocar os fatos no contexto predominantemente de valores. A erudição, isto é, a aquisição e comunicação de conhecimentos, veda a purificação e isolamento dos fatos do contexto da verdade integral. Uma parte essencial desta última é o reconhecimento da alarmante extensão em que a história foi feita e escrita por e para os vencedores, isto é, a extensão em que a história constituiu o desenvolvimento da opressão. E a opressão está nos próprios fatos que ela registra. Os fatos, por conseguinte, encerram um va-

lor negativo como parte e aspecto de sua própria fatalidade. Tratar as grandes cruzadas *contra* a humanidade (como aquela contra os albigenses) com a mesma imparcialidade que as lutas desaperasadas *pela* humanidade significa neutralizar-lhes as funções históricas opostas, reconciliando os executores com as vítimas e viciando a crônica. Essa neutralidade espiritual serve para reproduzir a aceitação do domínio dos vencedores na consciência do homem. Aqui também, na educação daqueles que ainda não estão maduramente integrados, na mente dos jovens, precisam ser ainda assentadas as bases da tolerância libertadora.

A educação oferece ainda outro exemplo de tolerância espiritual, abstrata, sob o disfarce de solidéz e verdade: culmina no conceito de auto-realização. A partir da permissividade de todos os tipos à criança, à constante preocupação psicológica com os problemas pessoais do estudante, esta em andamento um movimento em grande escala contra os males da repressão e a necessidade de ser o indivíduo êle mesmo. Frequentemente, ataxta-se para o lado a questão de que deve ser reprimido antes que o homem possa tornar-se um ser, um ego. O potencial individual é, de início, negativo, parte do potencial da sociedade: agressão, sentimentos de culpa, ignorância, ressentimentos, crueldade, que lhe viciam todos os instintos vitais. Se queremos que a identidade do ego seja mais do, que a realização imediata desse potencial (indesejável para o indivíduo, como ser humano) é preciso repressão e sublimação, transformação consistente. O processo envolve em cada fase (usando palavras ridicularizadas que, aqui, revelam sua sucinta solidéz) a negação da negação, a mediação do imediato. A identidade não é nem mais nem menos do que tal processo. A "aliena-

ção" é o elemento constante e essencial da identidade, o lado subjetivo do sujeito — e não, como se quer fazer parecer hoje em dia, uma doença, uma condição psicológica. Freud conhecia muito bem a diferença entre o progressivo e o regressivo, entre a repressão libertadora e a destrutiva. A publicidade da auto-realização promove a eliminação de uma e outra, a existência naquele imediato que, nas sociedades repressivas, é (usando outra palavra hegeliana) mau imediato (*schlechte Unmittelbarkeit*). Isola o indivíduo da única dimensão em que éte poderia "encontrar-se": a sua vida política, que se situa no âmbito de toda a sua existência. Em vez disso, encoraja a não-conformidade e a indiferença em formas que deixam inteiramente intactos os reais motores da repressão, na sociedade, que até mesmo os reformam substituindo as satisfações de oposição mais do que privada e pessoal e, por conseguinte, mais autêntica, pela simples rebelião privada e pessoal. A des-sublimação envolvida nesse tipo de auto-realização é, em si mesma, repressiva na medida em que debilita a necessidade e o poder do intelecto, a força crítica daquela inteligência que não se espolia na libertação pessoal arquetípica da frustração — um ressurgimento impotente do Id que, mais cedo ou mais tarde, sucumbirá à racionalidade do mundo administrado — mas que reconhece o horror do todo na frustração mais privada e que se realiza nesse recolhimento.

Tentei demonstrar que as transformações das sociedades democráticas adiantadas, que solaparam as bases do liberalismo econômico e político, alcançaram também a função liberal da tolerância. A tolerância que constituiu a grande realização da era liberal é sim-

da professada e (com fortes ressalvas) praticada, enquanto o processo econômico e político é sujeito à administração ubíqua e eficaz, de acordo com os interesses predominantes. O resultado é uma contradição objetiva entre a estrutura econômica e política, de um lado, e a teoria e prática da tolerância, do outro. A estrutura social alterada tende a debilitar a eficácia da tolerância para com os movimentos dissidentes e contrários e fortalecer as forças conservadoras e reacionárias. A igualdade da tolerância torna-se uma coisa abstrata, esparta. Com o declínio inevitável das forças dissidentes na sociedade, isola-se a oposição em grupos pequenos e frequentemente antagônicos que, mesmo quando tolerados dentro dos estreitos limites estabelecidos pela estrutura hierárquica da sociedade, são impotentes enquanto permanecem dentro desses limites. A tolerância com que são recebidas, todavia, é enganosa e promove a coordenação. E são os firmes alicerces da sociedade coordenada, fechada à mudança qualitativa, a tolerância em si serve antes para deter do que para promover a mudança.

As mesmas condições tomam abstrata e acadêmica a crítica à tolerância. A proposição de que o equilíbrio entre a maneira de tratar a direita e a esquerda teria de ser radicalmente modificado a fim de restabelecer-lhe a função libertadora transforma-se apenas em especulação irrealista. Na verdade, a reforma equivaleria ao reconhecimento do "direito à resistência" até o ponto de subversão. Não foi nem pode ser concedido tal direito a grupo ou indivíduo contra o Governo constitucional sustentado pela maioria da população. Acreditio, porém, haver o "direito natural" à resistência das minorias oprimidas e dominadas, o direito de usar meios extralegais se os legais

se mostraram inadeguados. A lei e a ordem são sempre e em toda parte instrumentos que defendem a hierarquia estabelecida; é absurdo invocar a autoridade absoluta de ambas contra aqueles que as sofrem e as combatem — não em busca de vantagens pessoais ou de vingança, mas pela parcela que lhes toca de humanidade. Ninguém se julga, salvo as autoridades constituídas, a polícia, e a própria consciência delas. Quando as minorias empregam a violência, não dão início a uma nova cadeia de violência, e sim tentam suprimir a existente. Uma vez que serão punidas, sabem o risco que correm e, quando estão dispostas a assumi-lo, nenhuma terceira pessoa, e ainda menos o educador e o intelectual, tem o direito de pregar-lhes a abstenção.

POS-ESCRITO DE 1968

Nas condições predominantes neste país, a tolerância não desempenha nem pode desempenhar a função que lhe é atribuída pelos protagonistas liberais da democracia, isto é, a de proteger os dissidentes. A força histórica progressiva da tolerância reside na sua ampliação aos modos e formas de dissensão não-comprometidos com o *status quo* da sociedade e não-limitadas à sua estrutura institucional. Por isso mesmo, a idéia de tolerância implica a necessidade, no caso de grupos ou dissidentes isolados, de se tornarem legítimos se e quando a legitimidade tradicional impedir e combater o desenvolvimento da dissensão. Isso seria o caso não apenas na sociedade totalitária sob a ditadura nos Estados unipartidários, mas também nas democracias (representativa, parlamentar, ou "direta") onde a

maioria não nasce do desenvolvimento do pensamento e opinião independentes, mas da administração monopolista ou oligopolista da opinião pública, sem terror e (normalmente) sem censura. Nesses casos, a maioria é autopertuante enquanto perpetua os interesses inerentes que a *fizeram maioria*. Na sua própria estrutura, a maioria é "techeda", petrificada; *reple a priori* qualquer mudança que implique transformações do sistema. Isso, porém, significa que ela não tem mais direito ao título democrático de melhor guardiã dos interesses comuns. E tal maioria é exatamente o oposto da "vontade geral" de Rousseau; é composta não de indivíduos que, em suas funções políticas, fizeram eficaz "abstração" de seus interesses privados, mas, ao contrário, de indivíduos que efetivamente identificaram seus interesses privados com suas funções políticas. Os representantes da maioria, ao esclarecerem e executarem a própria vontade, escolhem e executam a vontade dos interesses inerentes que a formaram. A ideologia da democracia oculta-lhe a carência de substância.

Essa tendência acompanha lado a lado nos Estados Unidos a concentração monopolista ou oligopolista do capital na formação da opinião pública, isto é, da maioria. A oportunidade de influenciar de qualquer forma eficaz a maioria tem um preço, em dólares, inteiramente fora do alcance da oposição radical. Aqui, igualmente, a livre concorrência e o intercâmbio transformaram-se numa força. A esquerda tampouco dispõe de voz e igual acesso aos meios de comunicação em massa e instalações públicas de que a direita dispõe — não porque uma conspirata a exclua, mas porque, segundo a velha e boa moda capitalista, não possui o necessário poder aquisitivo. E a es-

querda não o possui porque é esquerda. Tais condições impõem às minorias radicais uma estratégia que, em essência, constitui recusa em permitir o funcionamento contínuo de tolerância alegadamente indiscriminatória, mas realmente discriminatória, como, por exemplo, a estratégia de protestar contra a equitativa paragem de porta-vozes da direita (ou do centro) aos da esquerda. Não a representação "igual", e sim mais representação da esquerda, constituiria a correção da desigualdade predominante.

Dentro da sólida estrutura da desigualdade e poder prestabelecida, é realmente praticada a tolerância. Expressam-se até mesmo opiniões ultrajantes, incidentes chocantes são televisados e as críticas às políticas tradicionais são interrompidas pelo mesmo número de comerciais que as dos advogados conservadores. Pensar-se-á acaso que esses interlúdios podem combater o puro peso, a magnitude, a continuidade da publicidade sistemática, a doutrinação que opera diretamente através de comerciais infindáveis e meios de entretenimento?

Diante dessa situação, sugeri, em "A Tolerância Repressiva", a prática da tolerância discriminatória em direção oposta como meio de mudar o equilíbrio entre direita e esquerda, destarte referendo a liberdade da primeira, combatendo a geral desigualdade da liberdade (oportunidade desigual de acesso aos meios de persuasão democráticos) e fortalecendo os oprimidos contra os opressores. A tolerância seria revista no tocante a movimentos de caráter demonstrativamente agressivos ou destrutivos (destrutivos das perspectivas de paz, justiça e liberdade geral). A mesma discriminação aplicar-se-ia aos movimentos que

se opõem à extensão da previdência social aos pobres, aos fracos e aos inválidos. E respondendo já às denúncias virulentas de que tal política eliminaria o sagrado princípio liberalista de igualdade "para o outro lado", sustento que há problemas em que não há "outro lado" senão no sentido formal, ou em que é demonstravelmente "regressivo" e impede o possível melhoramento da condição humana. Tolerar a propaganda da desumanidade vicia as finalidades não só do liberalismo, mas também de todas as filosofias políticas progressistas.

Pressupponho a existência de critérios demonstráveis de forças agressivas, regressivas e destrutivas. Se o critério democrático final da opinião declarada da maioria não mais prevalece (ou, melhor, não ainda), se as idéias, valores e fins do progresso humano não mais entram (ou, melhor, ainda não) como concorrentes iguais na formação da opinião pública, se o povo não mais é (ou, melhor, ainda não) soberano, mas "feito" pelos poderes soberanos reais — haverá outra alternativa a não ser a ditadura de uma "clique" sobre o povo? Isso porque a opinião do povo (amplitude designado como O Povo) que não tem liberdade de usar os próprios meios que, segundo o liberalismo, constituem as origens da liberdade — pensamento e expressão independentes — não encerra validade e autoridade absolutas — mesmo que O Povo constitua a maioria esmagadora.

Se a escolha tivesse de ser feita entre autêntica democracia e ditadura, a democracia seria por certo preferível. A democracia, porém, não prevalece. Os críticos radicais do processo político existente, por conseguinte, são prontamente denunciados como de-

ensores do "elitismo", a ditadura dos intelectuais como alternativa. O que temos, na realidade, é um Governo, Governo representativo, de uma minoria não-intelectual de políticos, generais e homens de negócios. A folha de serviços dessa "elite" não é muito promissora, e as prerrogativas políticas da *intelligentia* talvez não sejam necessariamente piores no que interessa a toda a sociedade.

De qualquer modo, John Stuart Mill, que não foi exatamente inimigo do Governo liberal e representativo, não era tão alérgico à liderança política da *intelligentia* como são os stardistes modernos da semi-democracia. Acreditava Mill que "a superioridade mental individual" justifica "considerar a opinião de uma pessoa como equivalente a mais de um".

Até que tenha sido julgado apropriado, e até que a opinião esteja disposta a aceitar algum modo de votação pluralista que possa atribuir à educação, como tal, o grau de influência superior que lhe é devido, e suficiente para contrabalançar o peso numérico das classes menos educadas, até então os benefícios de sufrágio inequamente universal não poderão ser obtidos sem trazer consigo, segundo me parece, mais do que os males equivalentes.⁴

Supunha ele, portanto, que "a distinção a favor da educação, certa em si mesma", contribuisse também para "preservar os indivíduos educados da legislação de classe dos deseducados", sem permitir aos primeiros impor a sua própria legislação.⁵

⁴ *Considerations on Representative Government* (Chicago: Gateway Edition, 1962), pag. 183.

⁵ *Ibid.*, pag. 181.

Atualmente, essas palavras encerram um som compreensivelmente antidemocrático, "elitista" — compreensivelmente em virtude de suas implicações perigosamente radicais. Isso porque se "educação" for algo mais e além do treinamento, aprendizagem, preparação para a sociedade existente, não apenas possibilitará ao homem conhecer e compreender os fatos que constituem a realidade, mas também conhecer e compreender os fatores que estabelecem os fatos, permitindo-lhes mudar-lhes a realidade desumana. A educação humanística envolveria as ciências "duras" ("duras" como os "meios duros" adquiridos pelo Peritágonos?) e desviá-las de sua direção destrutiva. Em outras palavras, tal educação quase não serviria aos interesses da ordem estabelecida, e conceder prerrogativas políticas a homens e mulheres assim educados seria realmente antidemocrático segundo as idéias dos grupos dominantes. Mas esses não são os únicos termos admissíveis.

Não obstante, a alternativa ao processo semidemocrático vigente não é a ditadura ou a elite, por mais intelectuais e inteligentes, mas a luta pela democracia real. Parte da luta toma a forma de combate à ideologia da tolerância que, na realidade, favorece e fortifica a conservação do *status quo* da desigualdade e da discriminação. Para a luta, proponho a prática da tolerância discriminatória. Para sermos exatos, essa prática já pressupõe a meta radical que se almeja atingir. Comeci esse *petitio principii* com o objetivo de combater a ideologia perniciososa que diz que a tolerância já está institucionalizada nessa sociedade. A tolerância, que constitui o elemento vital, o símbolo da sociedade livre, jamais será dádiva

dos poderes constituídos. Poderá, nas condições predominantes de tirania da maioria, ser conquistada apenas pelo esforço permanente das minorias radicais, dispostas a derrubar a tirania e trabalhar pelo surgimento de uma maioria livre e soberana — em suma, de minorias intolerantes, militantemente intolerantes, e desobedientes às normas de conduta que toleram a destruição e a repressão.

* Este livro foi composto e impresso pela

EDITE

Artis Gráficas

Rua Domingos Pativa, 60
São Paulo